



Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás

CNPJ/MF: 08.235.587/0001-20

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras e Contábeis

Exercícios em 31 de dezembro de 2023 e 2022.



CONTEÚDO:

1. COMPOSIÇÃO DE CONSELHOS E DIRETORIA;
2. SOBRE: MISSÃO, VISÃO E VALORES;
3. ORGANOGRAMA;
4. CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP'S);
5. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO;
6. BALANÇO PATRIMONIAL;
7. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO;
8. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS;
9. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.



Conselho de Administração

Adryanna Leonor Melo de Oliveira Caiado
Presidente do Conselho de Administração

Diego de Oliveira Soares
Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto
Nadia Prado Rocha Bueno
Natália Caliman Vieira
Selene Péres Péres Nunes

Conselho Fiscal

Sérgio Alberto Cunha Vencio
Wellington Matos de Lima
Adriano da Rocha Lima



Diretoria

Diego de Oliveira Soares (a partir de 22/10/2020)
Presidente

Luiz Ernesto Rodovalho Vilella (a partir de 15/09/2020)
Vice-presidente

Maxuêlo Braz de Paula (a partir de 13/12/2019)
Diretor Administrativo, de Regulação e Governança

Heitor Dias Camargo (a partir de 04/05/2021)
Diretor Técnico

Daniela Maria de Oliveira Gonçalves (a partir de 15/08/2022 a 20/11/2023)
Diretora Financeira, de Relação com Investidores e Novos Negócios

Danilo Gomes Avelino de Alencar Arraes (a partir de 21/11/2023)
Diretor Financeiro, de Relação com Investidores e Novos Negócios

Edson Correia da Silva (a partir de 13/12/2019)
Chefe de Gabinete



Sobre:

A Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) é uma sociedade de economia mista, que tem como principal objetivo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) e outras parcerias de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás.

Missão:

“Estruturar projetos de parcerias para desestatização de ativos, com qualidade técnica e confiabilidade.”

Visão:

“Transformar o Estado de Goiás em um Estado modelo na gestão de ativos públicos desestatizados até 2026”.

Valores:

Foco no Cidadão;

Ética;

Transparência;

Eficiência;

Credibilidade;

Sustentabilidade;

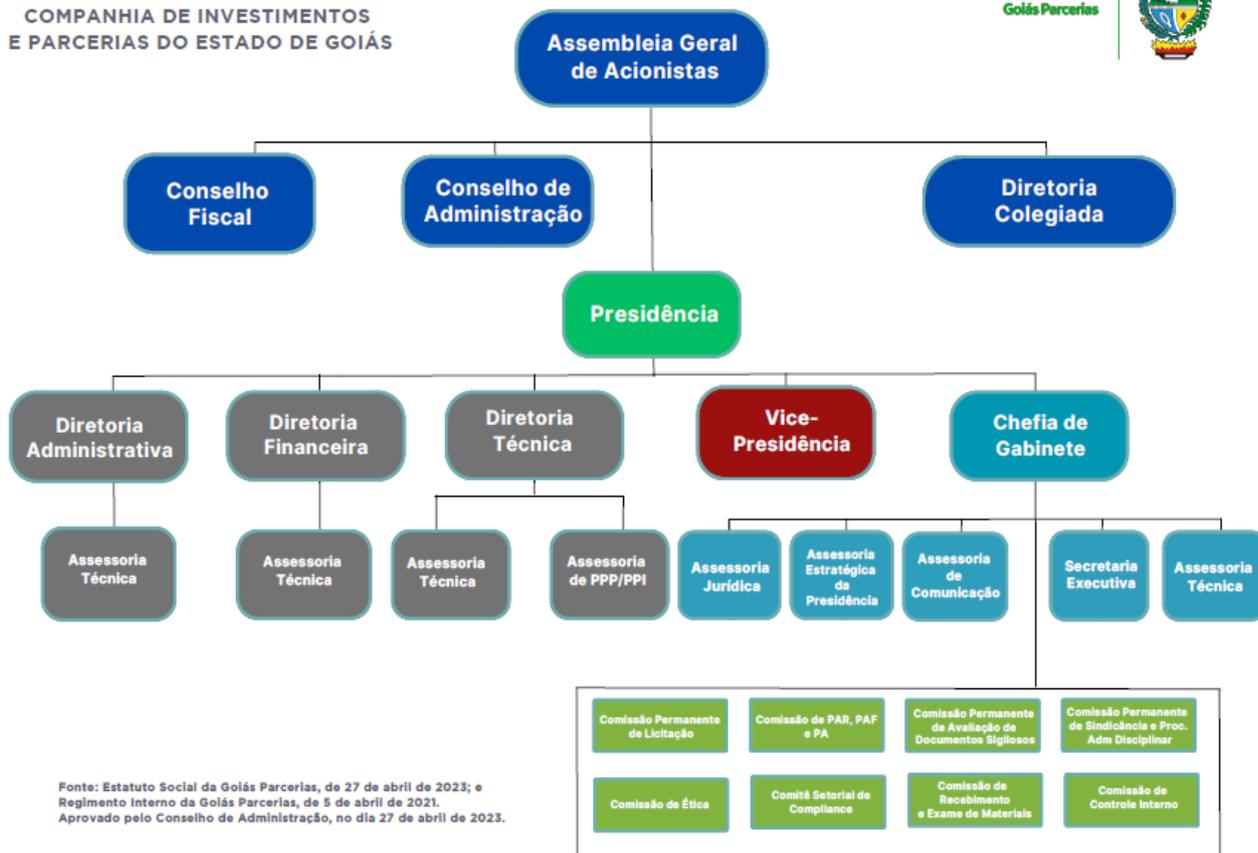
Orientação para resultados;

Ter um objetivo claro, estabelecer planejamento, ser organizado e ter persistência para atingir metas

Organograma:



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
COMPANHIA DE INVESTIMENTOS
E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS





1. Concessões e Parcerias Público-Privadas

Parcerias Público-Privadas (PPPs) são os múltiplos vínculos negociais de trato continuado estabelecidos entre a Administração Pública e Particulares para viabilizar o desenvolvimento, sob a responsabilidade destes, de atividades de interesse público. São um dos principais instrumentos do setor público para a realização de investimentos em infraestrutura, que permitem que a União, Estados e Municípios selecionem e contratem empresas privadas, que serão responsáveis pela prestação de serviços por prazo determinado.

2. Vantagens:

- Redução das despesas orçamentárias;
- Profissionalização dos serviços prestados à população;
- Gestão eficaz de processos;
- Maior poder de fiscalização;
- Remuneração do parceiro privado vinculada ao índice de desempenho;
- Transparência nos processos;
- Redução de tarifas e melhor prestação de serviço ao usuário final.

3. Tipos de Parcerias:

- Concessão Comum (Tarifas cobradas apenas dos usuários), Concessão Patrocinada (Tarifas cobradas dos usuários com contraprestação do Poder Público) e Concessão Administrativa (Apenas contraprestação do Poder Público). As concessões Patrocinadas e Administrativas são as ditas Parcerias Público-Privadas (PPPs).
- Venda | Venda Parcial | Venda Patrocinada | Arrendamento | Permissão;
- OSCIP | Fundo Imobiliário | SPE | OS.

4. Processos de Parcerias mais utilizados:

- Concessão Comum: É a modalidade de concessão na qual as prestações de serviços públicos são remuneradas por tarifas pagas pelos seus usuários finais, não havendo pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente. As receitas de tarifas podem ser complementadas por receitas marginais.
- Concessão Patrocinada: É a modalidade de concessão de serviços públicos na qual, além das tarifas pagas pelos usuários, o Poder Concedente realiza o pagamento de contraprestações pecuniárias ao parceiro privado, de forma a complementar os custos com investimentos, operação, manutenção dos serviços e/ou obras executados como objeto da concessão. Este modelo aplica-se aos casos em que somente a cobrança da tarifa pode representar, para o usuário final, onerosidade, ficando impossível o seu pagamento. Além disso, a remuneração também pode ser complementada por Receitas Acessórias.
- Concessão Administrativa: É a modalidade de concessão na qual o Poder Concedente assume a figura de usuário, direto ou indireto, dos serviços e obras compreendidos na contratação, remunerando o Parceiro Privado por contraprestações públicas. A concessão administrativa tem objeto mais amplo do que a concessão patrocinada, por não envolver



necessariamente a prestação de um serviço público, mas sim de utilidade pública, que reverta direta ou indiretamente em favor do Poder Público. Ainda, a remuneração pode ser complementada por receitas acessórias.

5. Ciclo do Processo de PPP/Concessão:



1. Contexto Operacional:

A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ: 08.235.587/0001-20, situada à Praça Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 3º andar, ala oeste, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP 74.015-908, tem como principal objetivo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) e outras parcerias de interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor público e privado em Concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP's) que, na condição de colaborador, atuam na coordenação da implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado de Goiás e ao bem coletivo.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos aos Acionistas da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) o Relatório da Administração com os principais resultados e ações alcançados no Exercício de 2023, demonstrando



a postura e desempenho da Administração na gestão da Companhia e na alocação de recursos a ela confiados.

2. Desempenho e ações:

O desempenho geral do ano de 2023 da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) ficou dentro do esperado, tendo em vista que foram desenvolvidas estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento dos 18 (dezoito) projetos de Parcerias (PPPs, concessões e outras modalidades) e de apoio regulatório.

Entretanto, a Administração da Goiás Parcerias ainda não gerou receitas que custeasse as despesas no Exercício do ano de 2022, primeiramente devido ao Estado de Goiás não ter planejado orçamento à Administração Direta e Estatais para a pauta PPP e Concessões, e, segundo os atuais projetos não chegaram ainda na etapa de leilão, onde é o momento que o Concessionário assume reembolso específico para a GOPAR. Assim, por decisão da atual gestão, os serviços da GOPAR estão sendo desempenhados normalmente para a Administração Direta e Estatais, e, suas finanças não têm dependência junto ao Estado de Goiás.

Ainda, visando ampliação da execução da estratégia da Goiás Parcerias no ano de 2023, o Diretor Presidente empreendeu 5 (cinco) novas parcerias com a Secretaria de Estado da Retomada, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Totalizando 18 (dezoito) projetos a serem estudados por meio de Grupos de Trabalhos Multidisciplinares.

A Goiás Parcerias foi custeada financeiramente, no exercício de 2022, por entradas de recursos referente a distribuição de dividendos efetuada pela empresa de SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., bem como por aplicações financeiras. A execução dos orçamentos seguiu todo o planejamento Orçamentário revisado e aprovado pela Gerência de Estatais (SEAD) e Secretaria da Economia. O Estado de Goiás em conjunto com o Diretor Presidente definiu no mês de dezembro/2022, a mudança da diretoria da GOPAR, nomeando um novo Diretor Financeiro.

Para o trabalho de Demonstração Contábeis do Exercício de 2023, a Goiás Parcerias contratou a empresa Audimec Auditores Independentes no ano de 2023. A Audimec atua nas áreas de Auditoria, Consultoria, Planejamento Físico-Tributário, Avaliação de Ativos e Empresas, Treinamento e Desenvolvimento Profissional há mais de 40 anos. Seguindo os padrões profissionais e éticos requeridos pelos principais organismos internacionais de Auditoria e Consultoria, a empresa possui uma estrutura eficiente para atender os mais diversos segmentos de negócios para clientes de todos os portes e de natureza pública ou privada.

O desempenho geral do ano de 2023 da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) ficou dentro do esperado, tendo em vista que foram desenvolvidas



estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento projetos de parcerias com a iniciativa privada. Os serviços da Goiás Parcerias estão sendo desempenhados normalmente para a Administração Direta e Estatais. Neste contexto, a Goiás Parcerias participou do desenvolvimento de 18 projetos:

- 1. CEASA** - Estruturação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental visando a concessão de uso de uma área de ampliação da Ceasa com aproximadamente 300.000,00 m², com o objetivo de conceder tal área ao privado para ampliação de segmentos mercados, como secos e molhados. Projeto desenvolvido entre a Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa-GO) e Goiás Parcerias. A Proposta Preliminar do Projeto de Expansão foi aprovada pela diretoria colegiada e pelo Conselho de Administração da CEASA. Atualmente aguarda contratação de serviços técnicos ambientais para a área de expansão.
- 2. Marieta Telles** - Estudos de viabilidade técnico-operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídico-institucional para que seja possível apontar melhor cenário de gestão, do ponto de vista de vantajosidade para a Administração Pública Estadual. Projeto desenvolvido entre a Goiás Parcerias e Secretaria de Estado da Cultura. Grupo de Trabalho instituído e os estudos de pré-viabilidade foram concluídos. Atualmente o projeto encontra-se em fase preparatória para elaboração interna do estudo de viabilidade, além do mapeamento de potenciais parceiros.
- 3. Teatro Goiânia** - Estudos de viabilidade técnico-operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídico-institucional para o desenvolvimento de projeto de parceria com a iniciativa privada visando a revitalização e a melhoria na operação do Teatro Goiânia. Projeto desenvolvido entre a Goiás Parcerias e Secretaria de Estado da Cultura. Grupo de Trabalho instituído e os estudos de pré-viabilidade foram concluídos. Atualmente o projeto encontra-se em fase preparatória para elaboração interna do estudo de viabilidade.
- 4. Ciclovias Estaduais** – O objetivo do projeto consiste na elaboração de estudos técnicos desde a concepção até a operação das ciclovias, para que seja possível apontar melhor cenário de gestão das ciclovias existentes com uma gestão compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada para gerar maiores benefícios à sociedade e vantajosidade para a Administração Pública Estadual. Além disso, buscar um modelo de negócio que seja economicamente viável por meio de parcerias com a iniciativa privada para custear as despesas com a manutenção das ciclovias, bem como a implantação de pontos de apoio junto à iniciativa privada. Já foi concluída a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a implantação de pontos de apoio nas ciclovias existentes. Atualmente está em fase de contratação de projeto básico para a realização do projeto de revitalização e sinalização das ciclovias existentes.



5. **PPP Habitacional** - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação programa de PPP Habitacional no âmbito do Estado de Goiás. Projeto desenvolvido em conjunto pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e a Goiás Parcerias. A cotação de preços dos Estudos de Viabilidade está em andamento e a expectativa é a conclusão da contratação para o primeiro semestre de 2024.
6. **Resíduos Sólidos Urbanos** - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação de unidades regionais de Resíduos Sólidos Urbanos para as duas Microrregiões em conformidade com o novo marco do saneamento estadual. Projeto desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Goiás Parcerias. As tratativas com o BNDES estão em andamento para a contratação de EVTEA. Atualmente aguarda aprovação do Conselho do BNDES para prosseguir com o processo de contratação.
7. **Saneamento** - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação de unidades regionais de Saneamento para as duas Microrregiões em conformidade com o novo marco do saneamento estadual. Projeto desenvolvido em conjunto pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e a Goiás Parcerias. O BNDES foi contratado para a realização do EVTEA. Atualmente o GT aguarda a contratação de Consultores por parte do BNDES para dar início aos trabalhos.
8. **Goiás de Fibra** - Elaboração de estudos de viabilidade técnica, operacional, econômico-financeira, socioambiental e jurídico-institucional visando apontar cenários para a implantação de projeto de construção, operação e manutenção de infraestrutura backbone de fibra ótica para transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o governo do estado de Goiás. O projeto está sendo desenvolvido em conjunto entre a Secretaria Geral de Governo (SGG) e a Goiás Parcerias. Os estudos de pré-viabilidade foram concluídos e entregues para a SGG em janeiro/2023. A FIPE foi contratada para realizar os estudos. Está na fase preliminar de desenvolvimento do EVTEA.
9. **Novas Salas de Cinema do Centro Cultural Oscar Niemeyer** - Desenvolvimento de parcerias para implantação de novas salas de cinema localizada em área próxima a subestação de energia do Centro Cultural Oscar Niemeyer. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado da Retomada e a Goiás Parcerias. Os estudos de pré-viabilidade e as minutas do Edital de PMI foram concluídos. Atualmente o grupo de trabalho aguarda autorização da Secretaria da Retomada para prosseguir com o PMI.
10. **Restaurante Centro Cultural Oscar Niemeyer** – Desenvolvimento de parcerias para implantação de restaurante localizado no terraço do Centro Cultural Oscar Niemeyer para a coleta de estudos técnicos, de engenharia econômico-financeiros e jurídicos, com intuito de subsidiar decisão de parceria para o empreendimento. O projeto está sendo desenvolvido



entre a Secretaria de Estado da Retomada e a Goiás Parcerias. Os estudos de viabilidade foram concluídos. Atualmente os estudos de viabilidade estão em fase de validação final por parte da Retomada.

11. Distrito de Entretenimento Esporte e Lazer - Concessão de uso e do Estádio Serra Dourada e do Goiânia Arena com o objetivo de transformar tais ativos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer em um Distrito de Entretenimento, Esportes e Lazer. O chamamento público para o PMI foi concluído com sucesso, tendo 3 consórcios autorizados. Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), Secretaria Geral de Governo (SGG), Secretaria de Estado de Administração (SEAD), Goiás Parcerias e controlado estrategicamente pela Vice-Governadoria. Os consórcios autorizados no âmbito do PMI entregaram os Estudos de Viabilidade no dia 22/12/23.

12. Terminais Rodoviários de Passageiros - Procedimento de Manifestação de Interesse para a prospecção de estudos para a realização de concessão de 44 terminais rodoviários de passageiros, subdivididos em 8 Blocos. Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria Geral de Governo (SGG), Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) e Goiás Parcerias. O chamamento público para o PMI foi concluído com sucesso, tendo 1 consórcio de empresa autorizado que vai apresentar estudos para os 8 Blocos de Terminais Rodoviários de Passageiros. A previsão para conclusão dos EVTEA era datada para janeiro de 2023 e foi prorrogado o prazo para apresentação dos Estudos de Viabilidade para março de 2024.

13. Parques Ecológicos Estaduais e (PEAM/PEJOL e PETER) - Desenvolvimento dos estudos de viabilidade pelo BNDES e Consórcio contratado de empresas com o objetivo de realizar concessão de uso de bem público para fins de gerenciamento, exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação de áreas localizadas em três unidades estaduais de conservação: (i) Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - PEAMP; (ii) Parque Estadual Terra Ronca (PETER); e (iii) Parque Estadual de Serra de Caldas Novas. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Goiás Parcerias. O processo encontra-se na etapa final de revisão dos estudos de viabilidade, entretanto por conta da polêmica envolvendo o PEAMP, em específico sobre a exploração do espelho d'água do Reservatório João Leite, está sendo estudado a substituição do PEAMP pelo Parque Estadual de Pirineus de Pirinópolis que já possui Plano de Manejo aprovado no âmbito estadual. No que diz respeito ao PETER, como as grutas são de competência da União, existe um processo junto a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para autorização da concessão do PETER, com a inclusão das grutas, fato este que impediu os avanços com a concessão deste parque.



14. Parques Ecológicos Estaduais I (PESCAN) - Desenvolvimento dos estudos de viabilidade pelo BNDES e Consórcio contratado de empresas com o objetivo de realizar concessão de uso público da unidade de conservação do Parque Estadual de Serra de Caldas Novas. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Goiás Parcerias. No que se refere ao Parque Estadual de Serra de Caldas Consulta Pública ocorreu entre os dias 18 de julho de 2023 a 18 de agosto de 2023, o extrato da concessão já foi enviado para o Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO) e atualmente os estudos estão sendo revisados e aprofundados por conta da inclusão do Teleférico como investimento obrigatório no âmbito da concessão.

15. Rodovias Estaduais - Desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, engenharia, econômica e ambiental para a concessão de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, operação e investimentos em implantação de melhorias rodoviárias com extensão aproximada de 702 km de rodovias estaduais. Projeto desenvolvido entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Secretaria de Estado a Economia e Goiás Parcerias, em conjunto com o BNDES. Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) contratado pelo BNDES foram concluídos. Foi assinado um convênio de delegação do Estado de Goiás com a o Governo Federal de 4 rodovias estaduais (GO-020, GO-050, GO-060 e GO-070).

16. Marco do Saneamento e Resíduos Sólidos (Apoio Regulatório) - A Goiás Parcerias participou de um Grupo de Trabalho liderado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), apoiado pela Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), em 2021, que teve como produto final a elaboração de uma Nota Técnica Conjunta que subsidiou o capítulo de Resíduos Sólidos do Projeto de Lei da Regionalização do Saneamento no Estado de Goiás enviado pelo governo estadual para Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) em julho de 2021. O projeto de Lei da regionalização do saneamento e resíduos sólidos foi aprovado pela ALEGO no ano de 2023.

17. Logística Reversa - Apoio regulatório para a estruturação de arcabouço legal para regular a logística reversa no de embalagens âmbito do Estado de Goiás. O Decreto Estadual que regula a logística reversa de embalagens foi sancionado em 2023. Além disso, foi formado um comitê e que conta com a participação de dois integrantes da Goiás Parcerias em parceria com outros órgãos, como SEMAD, SIC e Ministério Público, com fulcro no acompanhamento da implementação da política pública.

18. Nova RMTC (Ônibus Elétricos) – A Goiás Parceria prestou apoio regulatório a Secretaria Geral de Governo (SGG), para a reformulação do sistema de transporte com a inclusão do modal elétrico no âmbito estadual. Por intermédio da Lei Complementar nº 187/2023 foi autorizada a reestruturação dos contratos de concessão do SIT/RMTC em vigor decorrentes



do Edital de Concorrência CMTC nº 01/2007, e na regulamentação expedida pela Deliberação nº 09/2023 e 10/2023 da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos - CDTC. A previsão é que os ônibus elétricos articulados e bi-articulados já comecem

a operar no Eixo Anhanguera operado pela Metrobus no ano de 2024.

1. Movimentação Financeira – Exercício 2023 :

Goiás Parcerias

Movimento Financeiro - Ano 2023

MOVIMENTO	ago.-23	set.-23	out.-23	nov.-23	dez.-23	MÉDIA ANO
(+) CONTA BANCÁRIA - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 293,62	R\$ 296,05	R\$ 296,05	R\$ 298,54	R\$ 297,78	R\$ 288,83
(+) CONTA BANCÁRIA - BANCO ITAÚ BBA	R\$ 5.971.035,45	R\$ 5.188.550,75	R\$ 4.491.676,24	R\$ 3.856.157,16	R\$ 3.024.284,22	R\$ 4.178.975,96
SALDO BANCÁRIO - TOTAL	R\$ 5.971.329,07	R\$ 5.188.846,80	R\$ 4.491.972,29	R\$ 3.856.455,70	R\$ 3.024.582,00	R\$ 4.179.264,79
(+) INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - SOCIEDADE MISTA	R\$ -					
(+) DIVIDENDOS: RETORNO GARANTIDO AÇÕES	R\$ -	R\$ 604.467,78				
(+) RETORNO SOBRE APLICAÇÃO LÍQUIDO (- IOF E - IRRF)	R\$ 55.191,69	R\$ 37.283,95	R\$ 36.468,31	R\$ 8.637,41	R\$ 21.814,61	R\$ 29.110,58
(+) OUTRAS RECEITAS	R\$ 19,70	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 331.607,68	R\$ 48.332,01
TOTAL RECEITAS	R\$ 55.211,39	R\$ 37.283,95	R\$ 36.468,31	R\$ 8.637,41	R\$ 353.422,29	R\$ 681.910,37
(-) DESPESA COM PESSOAL	R\$ 520.581,91	R\$ 437.105,43	R\$ 525.170,48	R\$ 485.616,27	R\$ 474.111,33	R\$ 507.240,65
(-) GPS	R\$ 138.263,05	R\$ 138.998,78	R\$ 4.940,64	R\$ 2.243,64	R\$ 10.587,54	R\$ 92.220,78
(-) IRRF	R\$ 88.526,69	R\$ 81.279,49	R\$ 14,42	R\$ 190.884,06	R\$ 99.118,64	R\$ 108.384,49
(-) FGTS	R\$ 40.117,23	R\$ 35.756,62	R\$ 40.923,30	R\$ 39.304,57	R\$ 40.378,11	R\$ 38.998,91
(-) FÉRIAS (PLANO DE FÉRIAS - 2ª ABA)	R\$ 19.670,88	R\$ 18.062,18	R\$ 82.657,60	R\$ 26.765,65	R\$ 11.652,94	R\$ 21.331,29
(-) ISS	R\$ 27,13	R\$ 41,52	R\$ 33,13	R\$ 26,33	R\$ 37,16	R\$ 52,52
(-) PARCELAMENTO RF	R\$ 8.361,81	R\$ 8.434,60	R\$ 8.495,94	R\$ 8.560,38	R\$ 2.912,98	R\$ 7.783,68
(-) AUDITORIA CONTÁBIL	R\$ -	R\$ 1.400,00				
(-) ESTUDOS TÉCNICOS	R\$ -					
(-) ALUGUEL DE VEÍCULOS	R\$ 4.166,00	R\$ 4.166,00	R\$ 4.166,00	R\$ 4.166,00	R\$ 2.601,99	R\$ 4.035,67
(-) COMBUSTÍVEL	R\$ 1.029,26	R\$ 893,39	R\$ 486,08	R\$ 805,99	R\$ 1.590,43	R\$ 730,47
(-) DESPESAS COM VIAGENS E ESTADIAS	R\$ 13.073,52	R\$ 999,00	R\$ 1.038,00	R\$ -	R\$ 6.576,18	R\$ 4.018,62
(-) MOVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 650,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 121,68
(-) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	R\$ 965,00	R\$ 36,00	R\$ -	R\$ 224,17	R\$ -	R\$ 3.487,23
(-) SOFTWARE INFORMÁTICA	R\$ -	R\$ 2.259,17	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.226,00	R\$ 445,14
(-) CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	R\$ 210,09	R\$ 2.610,09	R\$ 3.210,09	R\$ 210,09	R\$ 210,09	R\$ 4.798,83
(-) MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA	R\$ -	R\$ 81,09				
(-) PUBLICAÇÕES OFICIAIS	R\$ 110,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 110,00	R\$ -	R\$ 630,10
(-) DESPESAS COM CARTÓRIO	R\$ -					
(-) IMPRESSÃO DE PROJETOS	R\$ -	R\$ 7,02				
(-) MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	R\$ 224,17	R\$ 498,00	R\$ 224,17	R\$ 605,15	R\$ 224,17	R\$ 275,93
(-) EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS	R\$ -					
(-) COMUNICAÇÃO E MARKETING	R\$ -	R\$ 316,67				
(-) TAXAS JUDICIAIS	R\$ -					
(-) RECOLHIMENTO DE TAXAS	R\$ -	R\$ 1.386,00	R\$ -	R\$ 1.386,00	R\$ -	R\$ 1.229,54
(-) TELEFONE	R\$ -	R\$ -	R\$ 192,45	R\$ 175,64	R\$ 181,92	R\$ 45,83
(-) TARIFAS BANCÁRIAS	R\$ 6,00	R\$ 14,40	R\$ 4,60	R\$ 3,20	R\$ 6,00	R\$ 6,92
(-) OUTRAS DESPESAS	R\$ 1.703,35	R\$ 1.627,79	R\$ 428,00	R\$ 62.139,15	R\$ 9.614,00	R\$ 7.594,43
TOTAL DESPESAS	R\$ 837.686,09	R\$ 734.168,46	R\$ 671.984,90	R\$ 823.226,29	R\$ 662.029,48	R\$ 805.237,48
SALDO FINAL	R\$ 5.188.854,37	R\$ 4.491.962,29	R\$ 3.856.455,70	R\$ 3.024.592,00	R\$ 2.715.974,81	R\$ 4.055.937,68



2. Demonstrações Contábeis – Exercício 2023

2.1 Balanço Patrimonial:

ATIVO

DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A T I V O	-	-
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	2.715.984,81	4.195.899,87
Caixa e Bancos	10,00	10,00
Aplicações Financeiras	2.715.974,81	4.195.889,87
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO	500.770,80	577.568,88
Contas a Receber	500.770,80	577.568,88
TOTAL DO CIRCULANTE	3.216.755,61	4.773.468,75
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	818.471,06	1.111.791,23
Depositos Recursais em Processos	0,00	271.700,00
Valores Bloqueados Judicialmente	0,00	262.051,39
Impostos a Recuperar	818.471,06	578.039,84
INVESTIMENTOS	223.068.171,56	223.068.171,56
Investimentos	223.068.171,56	223.068.171,56
IMOBILIZADO	58.544,42	44.879,34
Imobilizado	58.544,42	44.879,34
INTANGÍVEL	9.010,33	8.994,67
Softwares	9.010,33	8.994,67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	223.954.197,37	224.233.836,80
TOTAL DO ATIVO	227.170.952,98	229.007.305,55



PASSIVO

DESCRIÇÕES	EXERCÍCIO	
	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO	-	-
CIRCULANTE		
Obrigações Sociais	1.256.892,89	1.075.285,18
Impostos e Contribuições a Recolher	805.543,08	276.398,20
Outras Contas a Pagar	10.200,00	10.200,00
TOTAL DO CIRCULANTE	2.072.635,97	1.361.883,38
NÃO CIRCULANTE		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		
PATRIMONIO LIQUIDO		
Capital Social	388.343.079,03	388.343.079,03
(-) Capital a integralizar	-40.735.547,38	-40.735.547,38
(-) Prejuízo Acumulado	-122.509.214,64	-119.962.109,48
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	225.098.317,01	227.645.422,17
TOTAL DO PASSIVO	227.170.952,98	229.007.305,55



2.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE):

	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		-2.547.105,16	-1.749.758,68
Despesas administrativas		-10.286.892,48	-8.743.916,10
Depreciação e Amortização		-21.945,26	-16.638,45
Despesas Financeiras		-14.066,58	-2.029,60
Receitas Financeiras		520.124,38	646.392,17
Outras Despesas/Receitas Operacionais		7.255.674,78	6.366.433,30
RESULTADO OPERACIONAL		-2.547.105,16	-1.749.758,68
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		-2.547.105,16	-1.749.758,68
Imposto de Renda e CSLL		0,00	0,00
LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		-2.547.105,16	-1.749.758,68
NUMERO DE AÇÕES		388.343.079	388.343.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO		-0,0066	-0,0045



2.2 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa:

DESCRIÇÃO	31/12/23	31/12/22
Atividades Operacionais	-2.525.159,90	-1.734.511,63
Resultado do Exercício	-2.547.105,16	-1.751.172,46
Depreciações	21.945,26	16.660,83
Aumento (diminuição) de Ativos	370.118,25	-295.770,58
Contas a Receber	370.118,25	-295.770,58
Aumento (diminuição) de Passivos	710.752,59	283.886,55
Obrigações Sociais	181.607,71	210.276,86
Impostos e Contribuições a Recolher	529.144,88	76.318,29
Fornecedores	0,00	1.391,40
Outros Passivos	0,00	-4.100,00
Atividades de Investimentos	-35.626,00	-17.050,18
Ativo Permanente	-35.626,00	-17.050,18
Atividades de Financiamentos	0,00	0,00
Capital Social (integralização)	0,00	0,00
Capital Social (redução)	0,00	0,00
Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00
Aumento(Redução) nas Disponibilidades	-1.479.915,06	-1.763.445,84
Saldo Final das Disponibilidades	2.715.984,81	4.195.899,87
Saldo Inicial das Disponibilidades	4.195.899,87	5.959.345,71
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	-1.479.915,06	-1.763.445,84

3. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Contábeis:

As demonstrações financeiras e contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aos quais abrangem às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.



As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3.1 Sumário das principais práticas contábeis:

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

- **Uso de Estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras e contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
- **Investimentos** - Os Investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.
A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.
- **Imobilizado** – O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.
Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.



O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificadas indicadores de perda de valor, imediatamente é constituída provisão para perdas.

- **Propriedades para Investimentos** - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.
- **Ativo Diferido** - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A companhia optou, conforme faculta a legislação vigente especialmente o artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.
- **Intangível** - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível. O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia)
- **Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais** - são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.
- **Regime de apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
- **Lucro / Prejuízo por ação** - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.



- **Dividendos** - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.
- **Resultados Abrangentes** - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinam os pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.
- **Reserva Legal** - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa:

- **Bancos Contas Movimento:**
Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.
- **Aplicações Financeiras:**
As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2022	2021
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	4.195,890	5.959.335
TOTAIS	4.195.900	5.959.335



- **Contas à Receber:**

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2022	2021
Valores Bloqueados Judicialmente	262.051	243.601
Depósitos Recursais	271.700	271.700
Contas a Receber	533.751	515.301

- **Impostos à Recuperar:**

	2022	2021
IRRF s/ aplicações Financeiras	<u>698.555</u>	<u>578.040</u>
	698.555	587.040

- (a) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

- **Investimentos:**

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2022
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171
Propriedades para Investimento (9.2)	0,00
Total dos Investimentos	223.068.171



Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio negativo apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás. Além disso os investimentos atuais não são passíveis de serem reconhecidos por “Equivalência Patrimonial” conforme a legislação em vigor.

Resumo dos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas:

Empresa	2022	2021	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
Total	223.068.171	223.068.171	

● Imobilizado / Intangível:

Descrição	2022	2021
Equipamentos de Informática	89.813	78.379
Moveis e Utensílios	2.686	0,00
Softwares	15.052	14.554
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(53.700)	(39.471)



- **Sociais e Trabalhistas:**

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Honorario da Diretoria	123.525	116.200
Honorario do Conselho Fiscal	11.895	10.800
Honorario do Conselho de Administração	27.755	21.600
Salarios	395.891	241.366
INSS	109.184	81.229
FGTS	43.684	29.062
IRRF	123.460	88.774
TOTAIS	835.394	589.031

- **Impostos e Contribuições à Recolher:**

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Fundo Previdenciario	0	793
ISSQN	70	222
TOTAIS	70	1.015

- **Patrimônio Líquido:**

Capital Social:

Capital Subscrito:

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas – AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas – AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o



acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$ 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos). Em AGE de 09/04/2021 o conselho de administração autorizou a Agência de Fomento de Goiás S.A GoiásFomento a subscrever 10.000 ações do capital social, no valor total de R\$. 10.000,00 (dez mil reais); Em 16/12/2021 através de AGE, foi autorizada a redução do capital no valor de R\$.6.000.000,00 (seis milhões de reais) e em consequência o capital social passou a ser R\$388.343.079,03 (Trezentos e oitenta e Oito Milhões, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos)

Capital Integralizado:

Em 31/12/2022 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 347.607.531,65 restando R\$ 40.735.547,38 (Quarenta Milhões, Setecentos e Trinta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais.

- **Reserva Legal:**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2022 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência dos prejuízos acumulados

- **Dividendos:**

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25 % do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

No exercício de 2022 não foram destinados dividendos aos acionistas em função dos prejuízos acumulados.

- **Despesas Administrativas:**

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2022	2021
Pessoal	8.373.047	6.058.098
Serviços de Terceiros	60.670	67.260
Despesas com Editais e Publicações	9.731	24.521
Outras Despesas	319.159	230.624
TOTAIS	8.762.607	6.380.503



- **Resultado Financeiro:**

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras, onde são compostas de rendimentos de aplicações financeiras, depósitos judiciais e despesas bancárias em bancos oficiais.

- **Remuneração dos Diretores e Empregados:**

Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente pela legislação pertinente.

A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

- **Gerenciamento de Riscos:**

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

Risco de Crédito:

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

Risco de Liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

- **Outras Informações:**

Operações com Instrumentos de Derivativos:

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

Eventos Subsequentes:

Não houve eventos subsequentes, desde a data de 31/12/2023 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis as demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.



Goiânia, 26 de fevereiro de 2024.

(Página de assinaturas do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 26 de fevereiro de 2024).

DIRETORES E CONTADOR:



Documento assinado digitalmente
DIEGO DE OLIVEIRA SOARES
Data: 12/07/2024 15:20:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DIEGO DE OLIVEIRA SOARES
Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração

LUIZ ERNESTO
RODOVALHO
VILLELLA:30233690620

Assinado de forma digital por
LUIZ ERNESTO RODOVALHO
VILLELLA:30233690620
Dados: 2024.07.15 10:29:58 -03'00'

LUIZ ERNESTO RODOVALHO VILELLA
Diretor Vice-Presidente

MAXUELO BRAZ DE
PAULA:091250448
00

Assinado de forma digital
por MAXUELO BRAZ DE
PAULA:09125044800
Dados: 2024.07.15 10:18:42
-04'00'

MAXUÊLO BRAZ DE PAULA
Diretor Administrativo, de Regulação e Governança



Documento assinado digitalmente
DANILO GOMES AVELINO DE ALENCAR ARRAES
Data: 15/07/2024 17:33:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANILO GOMES A. DE ALENCAR ARRAES
Diretor Financeiro, de Relação com Investidores e Novos Negócios



Documento assinado digitalmente
HEITOR DIAS CAMARGO
Data: 16/07/2024 09:00:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HEITOR DIAS CAMARGO
Diretor Técnico

LUIZ FERNANDO DE
OLIVEIRA:18260730600

Assinado de forma digital por LUIZ
FERNANDO DE OLIVEIRA:18260730600
Dados: 2024.07.15 09:33:51 -03'00'

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA
TCCRCMG 25.222 S/GO



(Página de assinaturas do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras de 26 de fevereiro de 2024).

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO

ADRYANNA LEONOR
MELO DE OLIVEIRA
CAIADO:42322944149

Assinado de forma digital por
ADRYANNA LEONOR MELO DE
OLIVEIRA CAIADO:42322944149
Dados: 2024.07.15 15:15:48 -03'00'

**ADRYANNA LEONOR MELO DE
OLIVEIRA CAIADO**
Presidente do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO ANTONIO CALDAS DE ANDRADE PII
Data: 15/07/2024 15:27:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO ANTÔNIO CALDAS ANDRADE
Conselheiro de Administração

Documento assinado digitalmente
gov.br SELENE PERES PERES NUNES
Data: 14/07/2024 11:30:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SELENE PÉRES PÉRES NUNES
Conselheira de Administração

NADIA PRADO
ROCHA
BUENO:58557288115

Assinado de forma digital por
NADIA PRADO ROCHA
BUENO:58557288115
Dados: 2024.07.15 12:44:57 -03'00'

NÁDIA PRADO ROCHA BUENO
Conselheira de Administração

NATALIA CALIMAN
VIEIRA:001947101
73

Assinado de forma digital por
NATALIA CALIMAN
VIEIRA:00194710173
Dados: 2024.07.15 17:19:26
-03'00'

NATÁLIA CALIMAN VIEIRA
Conselheira de Administração